

RESISTÊNCIA NEGRA NA BAHIA DO SÉCULO XIX NOS ESCRITOS DE JOÃO JOSÉ REIS

Valéria Amim¹

Lismar Lucas Santos dos Reis²

Recebido em 01/09/2019. Aprovado em 21/02/2020.

RESUMO: Objetiva-se discutir questões relacionadas ao negro e seus processos de resistência na Bahia do Século XIX, apresentadas sob a ótica do historiador João José Reis, um dos maiores estudiosos no que se refere ao cotidiano da população escravizada, sua capacidade de negociar, de se mobilizar e de se expressar segundo seus valores religiosos e culturais. Utilizando-se de fragmentos de algumas obras do historiador, pretendeu-se descrever alguns aspectos fundamentais que são perceptíveis sobre sua linha de pesquisa, suas influências, sua linguagem, seus posicionamentos políticos e éticos que o tornaram reconhecido mundialmente pela historiografia e ganhador de diversos prêmios.

Palavras-chave: Representação; Escravidão; Resistência- negra.

Introdução

Os mais de 300 anos de escravidão negra e seus desdobramentos são temas de trabalhos produzidos tanto pela historiografia brasileira quanto pelos chamados “brasilianistas”, historiadores estrangeiros que mergulharam nos documentos no intuito de contribuir para a construção da narrativa histórica brasileira.

Essa atenção voltada ao período entre 1538³ e 1888 se explica pelas singularidades da escravidão brasileira e, principalmente, por suas formas de resistência. Entretanto, cabe

¹ Doutora em Cultura e Sociedade pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, BA. Professora plena do Curso de Comunicação Social no Departamento de Letras e Artes - DLA da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Ilhéus, BA. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Baianos Regionais - KAWÉ/NEABs da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Coordenadora do projeto de pesquisa “A Tradição Religiosa dos Ijexás no Sul da Bahia” aprovado pelo CNPq.

² Graduando em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Ilhéus, BA. Bolsista de Iniciação Científica no projeto de pesquisa “As interfaces entre as práticas religiosas e as manifestações culturais: os quilombos de Itacaré, BA” no Núcleo de Estudos Afro-Baianos Regionais - KAWÉ/NEABs da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC.

³ A primeira leva de escravos desembarcados no Brasil data do ano de 1538, segundo Pantoja e Saraiva (1999).

ressaltar que tal destaque começou a ser dado pelos historiadores somente em meados do século passado, em especial, os influenciados pela História Social Inglesa. Conhecida como “A História Vista de Baixo”, essa corrente historiográfica teve sua ascensão na Inglaterra e se espalhou pelo mundo em poucos anos. O Marxismo, sua principal influência no método de análise das sociedades, trouxe uma visão diferente sobre quais deveriam ser os sujeitos estudados pela historiografia e são justamente aqueles negligenciados pelas tendências historiográficas anteriores: os vencidos, os excluídos, os explorados.

A história do Brasil começou então a ser escrita sob uma nova ótica. Enquanto os trabalhos historiográficos anteriores evidenciavam uma relação de poder unilateral, representando o sujeito escravizado como um ser que não se organizava e resistia para mudar a realidade na qual estava. Todavia, situações adversas apontam para um contexto situado entre um comportamento passivo e agressivo: o de negociação. Este viria a imprimir um novo modo de vida singular, mediado por experiências, tradições culturais e religiosas compartilhadas entre os escravos e os forros frente à classe de senhores. Além disso, é preciso compreender que os negros escravizados, ainda, sofreram a influência das constantes mudanças que ocorriam na estrutura social vigente, próprias de uma Colônia que emergia, além de viverem “[...] sob a pressão cultural do europeu branco, católico e da dupla política seguida pelo Estado português, representado por seus governadores, e da Igreja Católica, representada por seus monges [...]” (BASTIDE, 1971, p. 32).

É nessa nova perspectiva que João José Reis, historiador baiano que hoje atua como professor da Universidade Federal da Bahia, analisou a escravidão brasileira, contando hoje com uma vasta quantidade e qualidade de artigos e livros sobre o tema. Em sua trajetória, Reis conquistou um grande destaque na historiografia brasileira desde o precursor *Rebelião escrava no Brasil*, introduzindo novo enfoque no estado da arte sobre os estudos da escravidão.

Em seus escritos sobre o Brasil escravista e as singularidades das relações imersas em seu interior, Reis demonstra uma exímia capacidade de tornar clara sua linha de pesquisa e seu método de análise histórica. Tendo como orientador em seus cursos de mestrado e doutorado o historiador brasilianista Stuart Schwartz, é possível perceber algumas semelhanças na forma como ambos constroem uma narrativa sobre o cenário da escravidão brasileira. As práticas intermediárias que se colocam entre a agressividade e a passividade do sujeito escravizado são um grande exemplo dessas semelhanças.

O Engenho de Santana em Ilhéus, por exemplo, aparece, ora com grande destaque ora tímido, recorrentemente nas obras de ambos como um espaço que presenciou as mais diversas formas de resistência à escravidão, mas, essas formas de resistência não estavam apenas na fuga ou no embate físico, as sabotagens, o corpo mole e o proveito de algumas ações paternalistas eram mais recorrentes do que se imagina. Shwartz relata, por exemplo, que,

No Santana, os escravos descobriram serem os problemas físicos e psicológicos uma das mais eficazes formas de fugir das organizações da vida na propriedade. Cativas menstruadas não só não lidavam com água, segundo o costume geral, mas também não trabalhavam ou iam à missa e às vezes ficavam na cama por duas ou três semanas. As mulheres que haviam dado à luz recentemente, os escravos que tinham um dente extraído ou que se recuperavam de uma doença recusavam-se, todos, a assistir à missa, alegando que o “cheiro dos mortos” era-lhes prejudicial (SHWARTZ, 1988, p. 329).

A resistência à escravidão, a formação e a defesa de comunidades de escravos fugitivos se estabeleceram em resposta ao sistema escravista. Reis, tal qual Shwartz, afina o debate historiográfico ao introduzir as peculiaridades do processo de formação social brasileiro, inserindo uma abordagem que não reduz os acontecimentos a oposição estrutural entre senhores e escravos, constante nas análises sobre a resistência escrava no Brasil. Observa que os escravos forjaram uma particular sabedoria política, alcançando espaços de negociação no interior de uma sociedade escravista. Segundo Reis o “escravo africano soube dançar, cantar, criar instituições, e relações religiosas e seculares, enganar seu senhor, às vezes envenená-lo, defender sua família, sabotar a produção, fingir-se doente, fugir do engenho, lutar quando possível e acomodar-se quando conveniente” (1983, p.107).



Figura 1: Fotografia atual da Igreja de Nossa Senhora de Santana construída no Engenho de Santana no século XVII.

Quando se refere a um dos mais emblemáticos eventos de levante negro que teve o Santana como palco: a rebelião escrava em 1790, Reis faz questão de analisar o tratado de paz proposto pelos escravos à administração do engenho. O referido tratado continha demandas muito claras. Os negros escravizados exigiam a concessão das terras alagadas para o plantio de alimentos para subsistência, entre outras reivindicações, como a possibilidade de “[...] brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos, sem que nos empeça, e nem seja preciso licença” (REIS, 1983, p. 124). Apesar de mal sucedido, o levante e o tratado de paz representaram, sob a ótica de Reis, um marco no surgimento de movimentos sociais que emergem em situações de contradição do modelo de produção colonial, além de serem fontes importantes para demonstrar o poder de negociação e a força da população escrava quando seus interesses eram colocados em jogo. Mergulhar profundamente nos relatos históricos nos quais a negociação se sobrepôs, se antecedeu, ou se sucedeu ao conflito direto foi o objetivo tanto de Schwartz quanto de Reis.

Em *Negociações e Conflitos: a resistência negra no Brasil escravista*, livro de autoria compartilhada com Eduardo Silva, Reis demonstra algumas situações em que a violência pura e simples estava longe de ser um caminho viável na relação entre o senhor de escravo e o sujeito escravizado, a exemplo da invasão do Candomblé do Accú na cidade de Salvador em 1829. Ao descrever sobre o ocorrido em um dos capítulos da obra, ele traz alguns fatos inusitados, dialogando inclusive com vestígios encontrados em distintas fontes sobre outros lugares e momentos históricos, para concluir que as concessões, ações

paternalistas e os fracassos nas tentativas de segregação entre brancos, libertos, *pretos* e *crioulos*⁴ era algo recorrente no sistema escravista brasileiro.

A invasão do terreiro de Accú, caso analisada sem a devida destreza de Reis, poderia significar só mais um caso de intolerância direcionada a um dos grupos de Candomblé jeje que existiam em Salvador naquela época. Entretanto, algo chama a atenção no desfecho de toda essa trama: o fato do juiz Antônio Guimarães, que autorizou a investida ao terreiro, ser obrigado pelo presidente da província da Bahia a se retratar sobre o incidente.

Segundo o próprio juiz, o incômodo causado pela festa no terreiro que já durava três dias, estava pautado por fatores muito pontuais: a reunião nos Candomblés representava elementos políticos de rebelião escrava que se misturava ao fato de que “o ajuntamento de ‘gente de várias cores’ em uma festa significava desordem social” (REIS, 1989, p. 44), sem esquecer-se da ousadia dos escravos, da permissividade dos senhores e da complacência das autoridades.

Apesar de toda justificativa, o fantasma das rebeliões negras pairava durante o século XIX e a astúcia do africano Joaquim que, em um claro jogo político, denunciou o assalto no terreiro ao presidente da província, foram determinantes para que as explicações por parte do juiz se fizessem necessárias. Reis, ao trazer à tona toda essa correlação de forças, demonstrou que a invasão de Accú pelas autoridades policiais e seu desfecho inusitado representavam um aspecto de grande peso e recorrência, muitas vezes esquecido pela historiografia sobre a escravidão brasileira.

Quando Reis se propõe a uma discussão a respeito da resistência negra no Brasil, citar o Candomblé se torna inevitável, mas entender que o terreiro representa para além de um local de culto é fundamental para analisar a vida cotidiana do negro, principalmente na Bahia. Reis demonstra de forma clara que a repressão ao Candomblé se relacionava ao papel protagonizado pela religião, que tanto revelava seu conteúdo de resistência à escravidão, quanto suas características de resistência cultural, social e religiosa. O que

⁴ Cabe observar a designação que separava a população negra entre os africanos, chamados de pretos, e os negros nascidos no Brasil, chamados de crioulos. É importante enfatizar também o caráter de paternalista que segregava “os escravos nascidos aqui, supostamente confiáveis, e os aguerridos escravos arrancados da África” (REIS, 1989, p. 45).

mostra que a religião não acontecia, pois, separada da vida social, ao contrário, assim como no país dos ancestrais, ela estava em estreita relação com o cotidiano da comunidade.

Entre as várias expressões de resistência, a formação dos quilombos foi uma das mais importantes. Apesar de estarem situados em “lugares protegidos”, as comunidades quilombolas, na maioria das vezes se encontravam nas proximidades dos engenhos, fazendas, vilas e cidades, na *fronteira da escravidão*, onde era possível manter laços e criar uma rede de apoio e interesses que envolvia escravos, negros livres e mesmo brancos, de quem recebiam informações sobre a circulação das tropas e outros assuntos estratégicos relacionados à guarda e defesa das comunidades. Afirma Reis “[...] com essa gente eles trabalhavam, se acoitavam, negociavam alimentos, armas, munições e outros produtos; com escravos e libertos podiam manter laços afetivos, amigáveis, parentais e outros” (1995-96 p.18). Dessa maneira, Reis rompe com a ideia de isolamento e autossuficiência dos quilombos. Com relação à sua formação populacional, ele chama atenção para a diversidade dos sujeitos que convergiam para os quilombos: embora houvesse uma predominância dos africanos e seus descendentes, havia soldados desertores, aqueles perseguidos pela justiça secular e eclesiástica, vendedores, índios ou simples aventureiros. O que exigiu, em certa medida, de seus habitantes um olhar diferenciado sobre as diferenças, a fim de que novos laços de solidariedade fossem forjados e culturas pudessem ser recriadas nos Quilombos.

Um exemplo significativo desta condição foi o Quilombo do Oitizeiro situado em Itacaré, Sul da Bahia. A história desse quilombo evidência uma tessitura entre as comunidades quilombolas de Itacaré⁵. Ela integra a memória coletiva dessas comunidades fornecendo elementos na explicação e compreensão de suas realidades e histórias, influenciando as relações sociais, inclusive parentais entre as linhagens ancestrais. Os quilombolas de Itacaré se reconhecem também como uma dispersão do Oitizeiro após sua devassa. Segundo a descrição:

O quilombo do Oitizeiro estava localizado nas imediações da vila de Barra do Rio de Contas (atual Itacaré), onde fora instalado fazia talvez alguns anos, sem que providências tivessem sido tomadas para combatê-

⁵ Atualmente, os territórios de remanescentes quilombolas reconhecidos pela Fundação Palmares são sete: o Quilombo do Porto do Oitizeiro, Água Vermelha, Fojo, João Rodrigues, Serra de Água, Santo Amaro e Porto de Trás, sendo o último classificado como um quilombo urbano.

lo. No início de maio de 1806, o governador deu início a seu plano para assaltar o Oitizeiro. [...] A operação foi fulminante e bem-sucedida. Além de assaltar, prender e dispersar os moradores do Oitizeiro, os soldados palmearam a região atrás de negros fugidos entre fins de junho de 1806 e início de março de 1807. [...], porém, a devassa feita para investigar o quilombo do Oitizeiro revelaria uma comunidade que não se encaixava no modelo convencional de agrupamento de negros fugidos. No local viviam pequenos lavradores de mandioca com seus escravos e tanto estes como aqueles recrutavam quilombolas para trabalharem em suas respectivas lavouras. Isso era o quilombo. Ou seja, senhores e escravos, os moradores permanentes do Oitizeiro, agiam como coiteiros e empregadores de negros fugidos, que trabalhavam em regime de meação nos mandiocais e na produção da farinha, que era vendida para o mercado local, como também para Salvador e seu Recôncavo. Parte da farinha servia para abastecer os numerosos navios negreiros que àquela altura atravessavam o Atlântico continuamente em busca de novos braços para a escravidão brasileira. Tínhamos então no Oitizeiro um quilombo peculiar, integrado à economia regional e, mesmo, atlântica, onde conviviam uma variedade de tipos sociais, além de escravos em fuga do jugo de seus senhores. Alguns desses escravos, ademais, empreendiam uma fuga temporária com o objetivo de procurar novos senhores que os comprassem dos atuais, estes, sem dúvida, por eles considerados despóticos além do suportável. Assim, se o conde da Ponte desembarcou na Bahia com um modelo idealizado de quilombo em mente, ao ler a devassa do Oitizeiro entenderia que a situação era mais complicada, pois os escravos, mesmo na resistência, não estavam isolados, mas participavam de redes às vezes sólidas de interesses com setores livres da sociedade (Reis 1996: 109).

A história oficial do Oitizeiro desvela as relações que existiam entre o quilombo e a sociedade. Tais relações se afastam daquelas tradicionalmente relatadas nas histórias difundidas por modelos consagrados, como “Palmares”, no qual as comunidades se rebelavam contra escravidão, fugiam e se organizavam longe do local onde eram mantidos como escravas e escravos. Definitivamente, no Oitizeiro, a vida circulava em torno das negociações advindas das relações socioeconômicas que sustentavam a economia da vila, subsidiada pelo cultivo da mandioca, cuja produção estava integrada ao mercado regional. Vale ressaltar que isto não invalida a existência e manutenção da prática escravocrata nessa região, no entanto, suas diversas roupagens sugerem e representam muito mais do que costumeiramente se reproduz.

A terra ocupada pelos quilombolas que viviam no Oitizeiro, em quase sua totalidade, pertencia ao lavrador Balthasar da Rocha, considerado o principal coiteiro⁶ na

⁶ Couto (ou coito) compreende-se por terra coutada ou aquela onde se podiam asilar os criminosos, onde não entrava a justiça do rei (em Portugal e no Brasil-Colônia). A variação “Coiteiro” aplicada no nordeste

devassa ocorrida em 1806. Escravizados de diversas localidades fugiam e uniam-se aos deste quilombo que armados podiam se defender dos rastreadores e capitães do mato. As tensões decorrentes dessas relações de trabalho e seus desdobramentos sugerem, de um lado, uma alternativa para o maior desenvolvimento da produção de farinha da família Rocha que, segundo a testemunha T9 da devassa “davam todo auxílio aos negros fugidos” (REIS; GOMES 1996), de outro, evidencia o aspecto libertário do povo negro que tencionou a criação de um modelo não-convencional de escravidão, o que certamente modificava a sua qualidade de vida. O que indica e Reis (1996) desconfiava disso, que os negros escravos não se furtavam à condição de cativos, mas, sim, buscavam um novo senhor que lhes oferecesse as mesmas condições que eles desfrutavam no Oitizeiro. “[...] eles tinham suas visões da escravidão tanto como da liberdade. Neste caso, a liberdade de escolher a escravidão” (REIS;GOMES 1996).

Em seu livro *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*, Reis faz um exercício de micro-história, utilizando-se da história de vida e da biografia de um ex-escravo para nos apresentar um contexto cujas relações sociais associam-se as esferas de poder, as atividades econômicas e culturais presentes no cotidiano dos libertos, que na terceira margem⁷ do sistema escravista, negociam alguns espaços de autonomia. No caso de Domingos, tais espaços permitiram a ele atuar como sacerdote e adivinho. Ao descortinar a vida de Domingos, Reis realiza uma análise sobre a formação do Candomblé na Bahia do século XIX, apresentando-nos todo o aparato policial da Bahia oitocentista na repressão e combate às práticas culturais dos negros, incluindo o batuque, mas, especialmente o candomblé. Todavia, Reis nos aponta que o perigo representado pelo candomblé tal como sua supressão, revelava, ainda, um conflito entre as autoridades. O que deixa subentendido que entre as políticas de repressão e permissão no que tangia as práticas religiosas de matriz africana à época, sempre foram questões delicadas e complexas. Como narra o autor, “[...] as autoridades policiais com frequência se desentendiam” (p. 25), gerando para subdelegados acusações de

brasileiro, significa, segundo Ferreira: “aquele que dá coito, [*homízio*], [*refúgio*] ou asilo a bandidos [*ou alguém de reputação suspeita*]” (2000 p. 162).

⁷ A terceira margem nos remete a invenção de se permanecer, de meio a meio, adentro, a fora, ao mesmo tempo indo solto, ao largo. Horizontes coisificados no mundo, homens lançados à margem de qualquer possibilidade.

permissividade no tocante ao som dos tambores que soavam alto nos candomblés sob seus olhos e ouvidos, além do som se espriar aos moradores das redondezas.

O caráter biográfico dessa obra nos remete a uma ruptura com os modelos clássicos das biografias, com histórias de vida cronológicas, com previsibilidade e linearidade do início ao fim. Domingos Sodré ininterruptamente entra e sai da narrativa, levando-nos a questionar em qual lugar ele se encontra? O caráter lacunar das fontes bem como a falta de documentação historiográfica ou documental sobre a vida de Domingos, estão diretamente relacionados ao silêncio dos arquivos sobre a “vida dos de baixo”, o que torna Domingos ao mesmo tempo personagem principal e anônimo da história. Reis deixa explícita sua opção em Domingos operar como uma metonímia de seu tempo, conforme a micro história italiana, cujas biografias se relacionam à reconstituição de microcontextos ou a personagens extremos, normalmente anônimos, despercebidos pela sociedade. Neste sentido, o personagem Domingos descentra-se e dispersa-se em dezenas de personagens que ocupam o seu lugar na narrativa. Por um lado, essa substituição se dá sempre que as informações sobre Domingos se escasseiam, por outro, a substituição atua como metáforas do velho sacerdote, em que diferentes rostos, corpos e situações, dispersam o ser singular, único, tornando-o um ser exemplar, sujeito e síntese de seu tempo, de sua cultura e da sociedade. Dessa maneira, a dispersão num primeiro momento, transforma-se, posteriormente, em unificação e homogeneização para encarnar a situação do liberto no século XIX, na Bahia. Tais lacunas encontradas por Reis ao narrar à vida deste ex-escravo, permitiram a ele lançar mão da imaginação, da ficção, de supor o que teria sido, de tentar imaginar a vida de Domingos e de outros tantos negros libertos, seus companheiros de condição na cidade da Bahia, em determinada data e em tal situação. Esse ato de ficcionar se dá, entretanto, pelo conhecimento que o historiador possui do período que estuda além daquilo que conhece sobre o movimento da cultura e da sociedade. Sem essa capacidade de imaginar, ficcionar e desenrolar a narrativa imprimindo-lhe sentidos e significados para aquilo que o passado deixou de rastros e que chega até o presente, a historiografia não seria possível (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009).

Sabe-se há algum tempo, e os historiadores são os que mais se deparam com as lacunas e os vazios dispostos nos documentos encontrados, que eles nem sempre dizem tudo, e que a comprovação de certos fatos e acontecimentos descritos em suas teses, muitas

vezes díspares, se relacionam mais com os significados atribuídos pelo historiador após sua leitura do que dos dados encontrados em si.

A reflexão que Reis nos apresenta ao lermos a narrativa de Domingos Sodré remete-nos a clareza e a consciência que ele possui sobre a construção da narrativa histórica. Ao afastar-se da visão clássica e totalizadora, e por vezes ingênua –, de que é possível uma construção histórica definitiva dos eventos e de seus personagens e, que essa seria em última instância, a verdadeira versão do passado (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009) –, ele mostra a narrativa construída no presente, pelo historiador que, via de regra, utiliza em sua construção informações que chegaram do passado. Assim, Reis remove o véu que revestia a construção da narrativa histórica clássica, destacando a construção textual do historiador na realização da história.

Em *A morte é uma festa* (1991), Reis amplia a cartografia da sociedade baiana do século XIX, e desvela as práticas funerárias de seus habitantes. A revolta popular ocorrida em outubro de 1836, ocasionou em Salvador, a destruição do cemitério do Campo Santo, recém-inaugurado. Participaram da revolta distintos segmentos da população que puderam valer-se da complacência da polícia local. O levante que ficou conhecido como a “cemiterada”, foi a resposta popular à proibição da realização de rituais fúnebres e enterros de cadáveres nas igrejas da cidade, como era costume (FIGURA 2), e a concessão de monopólio funerário a uma companhia privada por 30 anos. A consistência histórica presente na narrativa nos possibilita observar de distintos ângulos o fato ocorrido.



Figura 2: Pintura intitulada *Fiéis se acomodam sobre sepultura nas igrejas* (Debret, *Voyage Pittoresque*, III, prancha 31).

Na resistência contra o cemitério, as tensões sociais estão postas de um lado pelos interesses econômicos, e de outro pelo confronto de mentalidades. É por meio das Irmandades⁸ que Reis nos fornece a compreensão dos modos de articulação do tecido social vigente, recuperando, ainda, as especificidades dos ritos festivos promovidos por essas associações. É possível perceber que nos rituais das Irmandades coexistiam antigas tradições portuguesas e africanas que reafirmavam o aspecto lúdico do catolicismo colonial brasileiro, despertando o velho culto aos santos, ao mesmo tempo em que se colocava na contramão da Reforma Religiosa. Suas repercussões se estenderiam aos domínios dos símbolos, dos valores e dos ideais religiosos permitindo uma maior aglutinação e acomodação simbólica das manifestações africanas. No interior das Irmandades, observa-se uma persistência da lógica de legitimação simbólica dos valores africanos, apesar da visão europeizante da morte. Na sociedade ampla, a atitude das autoridades oscilava a repressão e a permissividade. A tentativa dos poderes político e econômico em controlar a legitimação da vida simbólica em sua totalidade convergia com as concepções sanitaristas da morte, norteando as políticas públicas desde então. Reis nos mostra, como a festa e o funeral possuíam características análogas, com momentos de solidariedades e distanciamentos bem marcados. Período no qual somente os escravos e indigentes eram enterrados distante das igrejas, o que sugeria a existência de uma cartografia social do morto.

Ao tratar sobre as atitudes do homem frente a morte, Reis insere ao debate coevo sobre o *bem morrer* europeu, o processo de mutação das sensibilidades orientado pela racionalidade burguesa que passava a criticar enterro dentro das igrejas e nos cemitérios contíguos. Refutava-se em síntese a proximidade física entre vivos e mortos.

A adesão popular imprimiu ao levante um caráter multiclassista e plurirracial, sem nenhuma exclusão de cor ou de *status* social. A apreensão das tensões forjadas pelo processo de centralização e construção do Estado Imperial, no que se refere a gestão e controle da vida cotidiana, nos é revelada em meio a uma conjuntura da história política e

⁸ As irmandades religiosas tiveram uma significativa importância na expansão do catolicismo na América Portuguesa, reunindo leigos em torno da devoção a um santo ou santa, além de prestarem serviços de ajuda mútua que iam desde a realização das festas à promoção de cerimônias de enterro e auxílio aos irmãos necessitados (doentes, presos, cativos). Funcionavam em acordo com um conjunto de regras chamadas de compromissos que deveriam ser aprovados pela Igreja Católica, Presidente de Província e pela autoridade monárquica.

cultural, evidenciando a sobreposição e a circularidade entre imaginário e prática social, incluindo suas relações de força.

Ao publicar seus estudos, seja no tratamento da escravidão, seja quando se dedica aos levantes ou quilombos, Reis nos traz uma história de outras vozes, das vozes dos de baixo, do anônimo. Ao reencarnar Domingos, ele reafirma o seu posicionamento político e sua postura ética frente à escravidão, ao mesmo tempo em que põe em xeque a naturalização da posição ocupada por negros e negras na sociedade, explicitando as desigualdades sociais e raciais, o racismo sistêmico e mais recentemente, o racismo virtual, protegido pelo anonimato da *internet*, e que veicula todos os ódios, incluindo à seara, o ódio racial. Reis fez a opção por povoar em suas narrativas históricas, os escravos, suas fugas, seus quilombos (urbanos e rurais), suas crenças, sejam elas em Alá, em Ogum ou Santo Antônio. Encontramos, ainda, aqueles escravos que negociavam uma vida menos opressiva, que acumulavam bens e compravam sua alforria ou de outros que se encontravam numa mesma condição, bem como senhores e governantes mais maleáveis ou senhores mais severos.

Seus personagens possuem nomes, subjetividade e subvertem a ideia de passividade frente à máquina escravista. Em sua obra encontramos Bilal Licutan, Luiz Sanin, Manoel Calafate, João Maloni, Francisco e Francisca Cidade, Zeferina, protagonistas à frente das revoltas escravas ocorridas na Bahia. O liberto malê alufá Rufino José Maria, cozinheiro e pequeno traficante de gente de um navio negreiro; o sacerdote Domingos Sodré que fornecia beberagens aos escravos para acalmar seus senhores, mas era ele próprio dono de escravos e Manoel Joaquim Ricardo um liberto haussá que prosperou e que fazia parte dos 10% mais ricos de Salvador, entre outros. Homens e mulheres que foram retirados do anonimato, forjando trajetórias individuais que nos permitem uma nova compreensão da sociedade brasileira, ainda hoje crivada por tensões entre estratos sociais e complexos culturais distintos.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. João José Reis. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. Revista brasileira de história. São Paulo, v.29, nº 57, p. 211-2017.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. Primeiro volume. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

PANTOJA, Selma; SARAIVA José Flávio Sombra (Org.). *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociações e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras. 1996.

SCHWARTZ, S. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

JOÃO JOSÉ REIS AND THE BLACK RESISTANCE IN BAHIA IN XIX CENTURY

ABSTRACT: This paper aims to discuss questions about the Brazilian black people and their processes of resistance in Bahia in the XIX century. We approach the discussing considering the perspective adopt by the historian João José Reis, one of the most important analysts concerning the enslaved people's daily life, their ability to negotiate, mobilize, and to express themselves according their religious and cultural values. Using fragments of some books written by the historian, we intended to describe some fundamental aspects that are noticeable in his line of research, his influences, his language, his political and ethical perspective. João José Reis is worldwide recognized for his research and intellectual contribution and awarded many prizes.

Keywords: Representation; Slavery; Black resistance.